



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

## CAPA DOS DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL – RGF

Este RGF, referente ao primeiro quadrimestre de 2020, foi elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira e Sistema de Contabilidade Geral, em conformidade com o previsto no artigo 165, parágrafo 3º da Constituição Federal e os artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ao assinar digitalmente esta capa dos demonstrativos do RGF, estarei também assinando os seguintes demonstrativos, de acordo com a tabela a seguir.

ANEXOS	DEMONSTRATIVOS
1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal
2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
4	Demonstrativo das Operações de Crédito
6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

*Goiânia, 27 de maio de 2020.*

Assinado digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de Estado da  
Economia

Assinado digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A ABRIL DE 2020 / QUADRIMESTRE JANEIRO-ABRIL

CNPJ: 01.409.580/0001-38

PERÍODO: 1º QUADRIMESTRE/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Em reais

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (b)
1	<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>15.313.430.556,27</b>	<b>14.224.027,07</b>
2	Pessoal Ativo	9.157.997.279,29	5.348.058,30
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.452.902.843,83	3.363.744,33
4	Obrigações Patronais	1.704.865.788,38	1.984.313,97
5	Benefícios Previdenciários	228.647,08	0,00
6	Pessoal Inativo e Pensionistas	6.124.066.247,23	557.550,29
7	Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.034.491.516,85	490.269,93
8	Pensões	1.088.728.418,65	67.280,36
9	Outros Benefícios Previdenciários	846.311,73	0,00
10	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	31.367.029,75	8.318.418,48
11	<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>3.025.400.749,16</b>	<b>579.209,12</b>
12	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	10.916.362,75	0,00
13	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	69.173,35	0,00
14	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	189.863.169,61	107.272,61
15	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.824.552.043,45	471.936,51
16	<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>12.288.029.807,11</b>	<b>13.644.817,95</b>

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
17	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.656.181.038,97	
18	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	11.510.586,00	
19	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas da bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
20	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	24.644.670.452,97	
21	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)</b>	<b>12.301.674.625,06</b>	<b>49,92</b>
22	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 48,60%	11.977.309.840,14	48,60
23	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 46,17%	11.378.444.348,13	46,17
24	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 43,74%	10.779.578.856,13	43,74

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTA: 1. Metodologia apurada conforme Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição.

2. O § 8º do art. 113 da CE/1989 foi suspenso cautelarmente pela ADI 6129 Goiás do STF, não permitindo as deduções das despesas com os pensionistas e os valores referentes ao IRRF dos servidores públicos estaduais do cálculo da Despesa Total de Pessoal.

3. Nos termos da decisão liminar proferida pelo STF com sede na Ação Cível Originária nº 3.328, são aplicadas ao Estado de Goiás as disposições do art. 10 da Lei Complementar Federal nº 159, de 2017, que suspende a aplicação do art. 23 da LRF.

4. A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por meio dos Decretos Legislativos nº 501, 502 e 503, de 25 de março de 2020, reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública. Sendo assim, estão suspensos os prazos previstos no art. 23 da LRF.

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
2019			2020			2020		
3º Quadrimestre			1º Quadrimestre			2º Quadrimestre		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
48,60	49,39	0,79						

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Goiânia, 27 de maio de 2020.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de Estado da  
Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO  
 CNPJ: 01.409.580/0001-38  
 PERÍODO: 1º QUADRIMESTRE/2020  
 RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A ABRIL DE 2020 / QUADRIMESTRE JANEIRO-ABRIL

Em reais

CAMPO	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
		LIQUIDADAS													
		mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
1	<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.304.644.234,07</b>	<b>1.192.501.036,94</b>	<b>1.286.899.346,89</b>	<b>1.407.276.236,08</b>	<b>980.796.706,84</b>	<b>1.471.195.827,43</b>	<b>1.339.250.195,73</b>	<b>1.394.923.356,18</b>	<b>1.263.547.592,41</b>	<b>1.277.604.041,16</b>	<b>1.189.758.722,26</b>	<b>1.205.033.260,28</b>	<b>15.313.430.556,27</b>	<b>14.224.027,07</b>
2	Pessoal Ativo	836.284.596,34	718.795.597,47	746.240.852,20	886.631.301,91	515.907.407,79	918.370.427,69	815.762.091,17	873.187.540,72	743.250.423,28	761.608.922,21	662.089.599,75	679.868.518,76	9.157.997.279,29	5.348.058,30
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	678.349.089,58	586.787.731,20	612.398.143,84	706.214.562,01	416.034.270,03	737.434.091,22	660.171.458,87	701.014.051,46	598.466.926,12	586.925.902,88	589.667.736,17	579.438.880,45	7.452.902.843,83	3.363.744,33
4	Obrigações Patronais	157.909.285,66	131.984.369,40	133.821.426,70	180.403.377,56	99.858.849,52	180.921.683,40	155.571.351,57	172.077.426,19	144.783.497,16	174.683.019,33	72.421.863,58	100.429.638,31	1.704.865.788,38	1.984.313,97
5	Benefícios Previdenciários	26.221,10	23.496,87	21.281,66	13.362,34	14.288,24	14.653,07	19.280,73	96.063,07	0,00	0,00	0,00	0,00	228.647,08	0,00
6	Pessoal Inativo e Pensionistas	467.281.552,43	467.284.681,73	539.521.547,80	516.727.361,80	462.404.488,98	550.166.949,97	520.805.689,55	518.935.864,48	520.297.169,13	513.298.539,12	524.895.146,62	522.447.255,62	6.124.066.247,23	557.550,29
7	Aposentadorias, Reserva e Reformas	385.235.848,05	384.703.255,50	442.503.331,47	429.621.676,58	380.020.862,13	450.383.047,36	426.245.887,03	428.784.150,39	427.438.837,50	420.689.184,69	429.445.001,00	429.420.435,15	5.034.491.516,85	490.269,93
8	Pensões	82.038.639,69	82.574.295,94	97.015.771,12	87.093.897,13	82.376.425,64	99.776.406,20	94.550.633,31	90.147.727,28	92.797.802,83	92.546.232,59	94.843.940,72	92.966.646,20	1.088.728.418,65	67.280,36
9	Outros Benefícios Previdenciários	7.064,69	7.130,29	2.445,21	11.787,89	7.201,21	7.496,41	9.169,21	3.986,81	60.528,80	63.121,84	606.204,90	60.174,47	846.311,73	0,00
10	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.078.085,30	6.420.757,74	1.138.946,89	3.917.572,57	2.484.810,07	2.658.449,77	2.682.415,01	2.799.950,98	0,00	2.696.579,83	2.773.975,89	2.717.485,70	31.367.029,75	8.318.418,48
11	<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>291.109.557,13</b>	<b>202.659.733,22</b>	<b>328.025.247,56</b>	<b>272.457.641,62</b>	<b>247.379.174,07</b>	<b>271.628.443,13</b>	<b>265.368.089,24</b>	<b>248.663.688,73</b>	<b>241.666.298,51</b>	<b>186.467.058,98</b>	<b>223.306.755,20</b>	<b>3.025.400.749,16</b>	<b>579.209,12</b>	
12	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	418.574,22	626.394,96	450.060,86	1.238.204,43	983.706,39	1.119.714,70	929.932,69	1.539.516,15	782.452,72	996.092,92	857.822,03	973.890,68	10.916.362,75	0,00
13	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.277,39	12.199,73	0,00	4.515,71	1.312,98	1.867,04	18.152,99	1.867,04	1.867,04	1.867,04	21.543,69	2.702,70	69.173,35	0,00
14	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	59.211.831,79	2.468.631,92	36.176.063,25	21.288.379,32	2.717.835,03	5.319.185,06	16.543.376,98	8.861.245,82	10.139.676,37	8.024.049,75	12.313.764,86	6.799.129,46	189.863.169,61	107.272,61
15	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	231.477.873,73	199.552.506,61	291.399.123,45	249.926.542,06	243.676.319,67	265.187.676,33	247.876.626,58	239.261.059,72	234.745.065,74	232.644.288,80	173.273.928,40	215.531.032,36	2.824.552.043,45	471.936,51
16	<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>1.013.534.676,94</b>	<b>989.841.303,72</b>	<b>958.874.099,33</b>	<b>1.134.818.594,56</b>	<b>733.417.532,77</b>	<b>1.199.567.384,30</b>	<b>1.073.882.106,49</b>	<b>1.145.259.667,45</b>	<b>1.017.878.530,54</b>	<b>1.035.937.742,65</b>	<b>1.003.291.663,28</b>	<b>981.726.505,08</b>	<b>12.288.029.807,11</b>	<b>13.644.817,95</b>

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
17	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		24.656.181.038,97
18	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		11.510.586,00
19	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas da bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)		0,00
20	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)		24.644.670.452,97
21	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)</b>		<b>12.301.674.625,06</b>
22	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) (IX)		11.977.309.840,14
23	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) (X) = (0,95 x IX)		11.378.444.348,13
24	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) (XI) = (0,90 x IX)		10.779.578.856,13

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTA:

- Metodologia apurada conforme Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição.
- O § 8º do art. 113 da CE/1989 foi suspenso cautelarmente pela ADI 6129 Goiás do STF, não permitindo as deduções das despesas com os pensionistas e os valores referentes ao IRRF dos servidores públicos estaduais do cálculo da Despesa Total de Pessoal.
- Nos termos da decisão liminar proferida pelo STF com sede na Ação Cível Originária nº 3.328, são aplicadas ao Estado de Goiás as disposições do art. 10 da Lei Complementar Federal nº 159, de 2017, que suspende a aplicação do art. 23 da LRF.
- A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por meio dos Decretos Legislativos nº 501, 502 e 503, de 25 de março de 2020, reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública. Sendo assim, estão suspensos os prazos previstos no art. 23 da LRF.

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
2019			2020			2020		
3º Quadrimestre			1º Quadrimestre			2º Quadrimestre		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	1/3 do Excedente	(c) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
48,60		49,39	0,79					

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Goiânia, 27 de maio de 2020.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de GoiásAssinado Digitalmente pela Secretária de Estado da  
EconomiaAssinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 1º QUADRIMESTRE/2020  
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A ABRIL DE 2020 / QUADRIMESTRE JANEIRO-ABRIL

Em reais

Campo	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	20.670.271.654,43	22.178.578.638,63		
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00		
3	Dívida Contratual	19.382.051.127,77	20.699.217.039,75		
4	Empréstimos	10.013.682.486,54	10.991.553.065,17		
5	Internos	9.973.208.238,87	10.939.076.220,43		
6	Externos	40.474.247,67	52.476.844,74		
7	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	9.187.533.549,87	9.531.033.785,75		
8	Financiamentos	0,00	0,00		
9	Internos	0,00	0,00		
10	Externos	0,00	0,00		
11	Parcelamento e Renegociação de Estados e Municípios	180.835.091,36	176.630.188,83		
12	De Tributos	7.532.032,53	6.995.674,40		
13	De Contribuições Previdenciárias	1.836.803,44	1.028.395,91		
14	De Demais Contribuições Sociais	171.466.255,39	168.606.118,52		
15	Do FGTS	0,00	0,00		
16	Com Instituição Não financeira	0,00	0,00		
17	Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00		
18	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	1.288.220.526,66	1.479.361.598,88		
19	Outras Dívidas	0,00	0,00		
20	DEDUÇÕES (II)	1.424.795.687,10	2.019.209.033,22		
21	Disponibilidade de Caixa¹	1.424.795.687,10	2.019.209.033,22		
22	Disponibilidade de Caixa Bruta	2.929.528.923,58	3.250.991.367,11		
23	(-) Restos a Pagar Processados	1.504.733.236,48	1.231.782.333,89		
24	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00		
25	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	19.245.475.967,33	20.159.369.605,41		
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.538.621.316,63	24.656.181.038,97		
27	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		11.510.586,00		
28	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	24.538.621.316,63	24.644.670.452,97		
29	% da DC sobre a RCL (I / VI)	84,24	89,99		
30	% da DCL sobre a RCL (III / VI)	78,43	81,80		
31	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	49.077.242.633,26	49.289.340.905,94		
32	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	44.169.518.369,93	44.360.406.815,35		

Campo	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
33	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00		
34	PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) <sup>2</sup>	0,00	0,00		
35	PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00		
36	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00		
37	DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	42.804.791,12	59.287.052,20		
38	RP NÃO-PROCESSADOS	861.757.504,62	442.216.066,95		
39	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00		
40	DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00		
41	APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00		

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTA:

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".
2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos". De acordo com os Manuais de Demonstrativos Fiscais -MDF da STN. Dos valores da Disponibilidade de Caixa Bruta e Restos a Pagar Processados, no quadro da Dívida Fiscal Líquida, estão excluídos os valores respectivos da Goiasprev e respectivos Fundos.
3. A DCL do Estado de Goiás poderá vir a incluir os Passivos Contingentes provenientes do Fundo de Aporte à Celg D - FUNAC (Lei nº 17.555, de 20/01/2012), que tem o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à Celg D de pagamentos de contingências, cujo valor reconhecido no Balanço Patrimonial da Celg Distribuição S.A - Celg D em 31/12/2019 foi de R\$ 957,369 milhões (Nota Explicativa 10. Créditos Especiais). Outro Passivo Contingente relevante que pode ser considerado no cálculo da DCL refere-se às ações judiciais envolvendo os Programas PROTEGE, FOMENTAR E PRODUIR, totalizando em 31/12/2019, o valor de R\$ 4.586.904.739,36, conforme Nota Técnica nº 1/2020 – GAPGE (proc. 201900004098643). Considerando os passivos contingentes relacionados, a DCL de Goiás potencialmente totalizará R\$ 25.703.643.344,77, equivalendo 104,25% da DCL sobre a RCL.

Goiânia, 27 de maio de 2020.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de Estado da  
Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 1º QUADRIMESTRE/2020  
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A ABRIL DE 2020 / QUADRIMESTRE JANEIRO-ABRIL

Em reais

Campo	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00		
2	Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
3	Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
4	AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00		
5	Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
6	Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
7	ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	90.363.586,00	111.669.841,00		
8	Em Operações de Crédito Externas	7.245.715,00	6.753.042,00		
9	Em Operações de Crédito Internas	83.117.871,00	104.916.799,00		
10	POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00		
11	TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	90.363.586,00	111.669.841,00		
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	24.538.621.316,63	24.656.181.038,97		
13	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	11.510.586,00		
14	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	24.538.621.316,63	24.644.670.452,97		
15	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V / VIII)	0,37	0,45		
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	5.398.496.689,66	5.421.827.499,65		
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	4.858.647.020,69	4.879.644.749,69		

Campo	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
18	DOS ESTADOS (IX)	161.803.847,26	162.006.375,54		
19	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
20	Em Garantia às operações de Crédito Internas	161.803.847,26	162.006.375,54		
21	DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00		
22	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
23	Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
24	DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00		
25	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
26	Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
27	EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00		
28	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	161.803.847,26	162.006.375,54		
29	MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTA: 1. De acordo com os Manuais de Demonstrativos Fiscais - MDF da STN.

Goiânia, 27 de maio de 2020.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de Estado da  
Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.409.580/0001-38

PERÍODO: 1º QUADRIMESTRE/2020

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A ABRIL DE 2020 / QUADRIMESTRE JANEIRO-ABRIL

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	Mobiliária	0,00	0,00
2	Interna	0,00	0,00
3	Externa	0,00	0,00
4	Contratual	0,00	0,00
5	Interna	0,00	0,00
6	Empréstimos	0,00	0,00
7	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
8	Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
9	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
10	Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (I)	0,00	0,00
11	Externa	0,00	0,00
12	Empréstimos	0,00	0,00
13	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
14	Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
15	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
16	Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (II)	0,00	0,00
17	<b>TOTAL (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
18	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.656.181.038,97	
19	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	11.510.586,00	
20	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	24.644.670.452,97	
21	OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
22	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
23	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.943.147.272,48	16,00
24	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	3.548.832.545,23	14,40
25	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
26	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.725.126.931,71	7,00
CAMPO	OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
27	Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
28	Tributos	0,00	0,00
29	Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
30	FGTS	0,00	0,00
31	Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTA: 1. Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP, disponível em [conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip](http://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip), essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

2. Metodologia de acordo com o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da STN.

Goiânia, 27 de maio de 2020.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de Estado da  
Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 1º QUADRIMESTRE/2020  
RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48)

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A ABRIL DE 2020 / QUADRIMESTRE JANEIRO-ABRIL

Em reais

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
1	Receita Corrente Líquida		24.656.181.038,97
2	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		24.644.670.452,97
3	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		24.644.670.452,97
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Despesa Total com Pessoal - DTP	12.301.674.625,06	49,92
5	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60%	11.977.309.840,14	48,60
6	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,17%	11.378.444.348,13	46,17
7	Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 43,74%	10.779.578.856,13	43,74
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Dívida Consolidada Líquida	20.159.369.605,41	81,80
9	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	49.289.340.905,94	200,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
10	Total das Garantias Concedidas	111.669.841,00	0,45
11	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.421.827.499,65	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
12	Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
13	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.943.147.272,48	16,00
14	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
15	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.725.126.931,71	7,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
16	Valor Total	0,00	0,00

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

NOTA 1. No período de maio a dezembro de 2019, o Estado não realizou a amortização e pagamento do serviço da dívida no valor de R\$ 1.180,47 milhões, nos termos da Liminar Ação Civil Ordinária nº 3.262 - Gilmar Mendes (Contratos amparados na liminar: Finisa/Proinvest; CelgD; CelgPar; BNDS/Proinvest; Goiás Estruturante) e da Liminar Ação Civil Ordinária nº 3.286 - Dias Tofolli (contratos: 8727 e 9496).

Goiânia, 27 de maio de 2020.

Assinado Digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado Digitalmente pela Secretária de Estado da  
Economia

Assinado Digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado